



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

AMANDA PINHEIRO GOMES DA SILVA

**EDUCAÇÃO SEXUAL E PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL: UMA
REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

GUARABIRA - PB

2024

AMANDA PINHEIRO GOMES DA SILVA

**EDUCAÇÃO SEXUAL E PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL: UMA
REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Área de concentração: Formação Docente e Identidades: gênero, sexual, geracional, étnico-racial.

Orientadora: Prof. Dra. Marília Pereira Dutra

GUARABIRA-PB

2024

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586e Silva, Amanda Pinheiro Gomes da.

Educação sexual e prevenção do abuso sexual infantil:
uma revisão integrativa da literatura [manuscrito] /
Amanda Pinheiro Gomes da Silva. - 2024.
27 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Humanidades, 2024.

"Orientação : Prof. Dra. Marília Pereira Dutra,
Departamento de Educação - CH".

1. Educação sexual. 2. Abuso sexual infantil. 3. Prevenção.
4. Escola. I. Título

21. ed. CDD 372.372

AMANDA PINHEIRO GOMES DA SILVA

EDUCAÇÃO SEXUAL E PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL: UMA
REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Pedagogia da Universidade Estadualda
Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Licenciada em Pedagogia

Aprovada em: 14/11/2024.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Marília Pereira Dutra** (***.795.954-**), em **27/11/2024 16:33:29** com chave **7ac70998acf611efbb091a7cc27eb1f9**.
- **Jaqueline Leandro Ferreira** (***.921.584-**), em **27/11/2024 16:33:30** com chave **7b39b4e8acf611ef97301a1c3150b54b**.
- **Gillyane Dantas dos Santos** (***.938.874-**), em **27/11/2024 16:33:09** com chave **6f2c9a76acf611efbd771a7cc27eb1f9**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QrCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Termo de Aprovação de Projeto Final

Data da Emissão: 27/11/2024



SUMÁRIO

1. Introdução	07
2. Objetivo Geral	09
2.1 Objetivos específicos.....	10
3. Referencial Teórico	10
3.1 Corporeidade, Educação e Sexualidade.....	10
3.2 Educação sexual como uma possibilidade didática.....	11
4. Método	14
4.1 Material.....	14
4.2 Procedimento de coleta e seleção dos estudos.....	14
4.3 Procedimento de análise.....	15
5. Resultados e Discussão	15
6. Considerações Finais	24
7. Referências	25

EDUCAÇÃO SEXUAL E PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

SEXUAL EDUCATION AND PREVENTION OF CHILD SEXUAL ABUSE: AN INTEGRATIVE REVIEW OF THE LITERATURE

Amanda Silva Pinheiro dos Santos

Orientadora: Marília Pereira Dutra

RESUMO

Nos últimos anos, o número de casos de abuso sexual infantil tem apresentado um aumento alarmante, o que evidencia, dentre tantos fatores, a falta de conhecimento adequado por parte das crianças e adolescentes sobre como identificar e reagir a situações de violência sexual. Nesse contexto, a educação sexual nas escolas surge como uma importante ferramenta preventiva. No entanto, apesar de sua relevância, a implementação eficaz da educação sexual enfrenta diversos desafios que tem comprometido a efetividade dessa prática. Frente ao exposto, o presente trabalho objetivou investigar como a educação sexual tem sido efetuada no ensino fundamental de escolas brasileiras. Para tanto, realizou-se uma revisão integrativa da literatura nas bases de dados do Periódico CAPES, de estudos publicados nos últimos cinco anos (2019 a 2024), a partir dos seguintes descritores: *educação sexual OR sexualidade OR abuso sexual AND ensino infantil OR educação infantil OR ensino fundamental OR escola AND infância AND prevenção OR intervenção*. Os artigos foram selecionados mediante critérios de inclusão e de exclusão. Através da busca realizada, 9 artigos atenderam aos critérios de elegibilidade e compuseram a presente revisão. Os dados foram analisados a partir de três categorias: (1) Implementação da educação sexual – os resultados mostram que através da educação sexual se torna possível a discussão de questões mais amplas relacionadas à sexualidade; (2) Educação sexual e a prevenção ao abuso sexual – identificou-se a necessidade de capacitação sobre educação sexual e prevenção ao abuso infantil tanto para o corpo docente quanto para a gestão escolar, além da compreensão de suas responsabilidades no enfrentamento da violência sexual; (3) Desafios para a realização da educação sexual – dentre os desafios encontra-se a falta de preparo dos profissionais da educação acerca da temática, o perfil conservador que é refletido na prática e o preconceito estabelecido pela sociedade que percorre o âmbito escolar e familiar. A literatura revisada aponta a falta de formação continuada dos docentes e o tabu social em torno da temática como desafios essenciais a serem superados para garantir a efetividade da educação sexual.

Palavras-chave: educação sexual; abuso sexual infantil; prevenção; escola.

ABSTRACT

In recent years, the number of cases of child sexual abuse has shown an alarming increase, highlighting, among various factors, the lack of adequate knowledge among children and adolescents on how to identify and respond to situations of sexual violence. In this context, sex education in schools emerges as an important preventive tool. However, despite its relevance, the effective implementation of sex education faces various challenges that have compromised the effectiveness of this practice. Therefore, this study aimed to investigate how sex education

has been conducted in elementary education in Brazilian schools. An integrative literature review was conducted using the CAPES Journal Portal database, focusing on studies published in the past five years (2019 to 2024) with the following descriptors: *sex education OR sexuality OR sexual abuse AND preschool OR early childhood education OR elementary education OR school AND childhood AND prevention OR intervention*. Articles were selected based on inclusion and exclusion criteria. Following the search, nine articles met the eligibility criteria and were included in this review. Data were analyzed based on three categories: (1) Implementation of Sex Education – results indicate that sex education enables broader discussions related to sexuality; (2) Sex Education and the Prevention of Sexual Abuse – highlighting the need for training on sex education and child abuse prevention for both school staff and management, as well as understanding their responsibilities in addressing sexual violence; (3) Challenges in Implementing Sex Education – challenges include the lack of preparation of education professionals on the topic, a conservative approach reflected in practice, and societal prejudice that extends to school and family environments. The reviewed literature highlights the lack of continuous teacher training and the societal taboo surrounding the topic as essential challenges to overcome to ensure the effectiveness of sex education.

Keywords: sex education; child sexual abuse; prevention; school

1. INTRODUÇÃO

O abuso sexual infantil, definido como qualquer tipo de violência ligada ao abuso sexual (contato físico), exploração sexual (fins lucrativos) e também a maus tratos e negligência (Behrens et al., 2022), tem apresentado índices alarmantes e se configurado em uma preocupação crescente que vem assolando a vida de crianças e jovens, oferecendo riscos físicos e psíquicos à essas vítimas (Rocha, 2022).

Dados divulgados através do boletim epidemiológico do Ministério da Saúde (2023) acerca de um levantamento realizado nos anos de 2015 a 2021 revelaram que foram registrados 202,9 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes através do canal de denúncia “Disque 100”. Dentre esses casos, 83,571 mil (41,2%) são contra crianças e 119,377 mil (58,8%) contra adolescentes, o que contabiliza quase 80 casos por dia. Além disso, nos 4 primeiros meses de 2023, notificou-se o aumento de quase 70% dos casos de violências sexuais em relação ao mesmo período de 2022, sendo registrados 17,5 mil violações envolvendo abusos, exploração e estupro.

No tocante aos índices dessa violência no estado da Paraíba, o Ministério Público do Trabalho – MPT (2021) divulgou um levantamento realizado nos anos de 2011 a 2019 no qual evidenciou-se que 74% dos casos de abuso sexual ocorrem contra crianças do sexo feminino. Ademais, o “Disque 100” registrou, nesse mesmo período, 1,3 mil denúncias de exploração sexual contra crianças e adolescentes, sendo 13,8% dos casos envolvendo crianças com idades de 8 a 11 anos, 34,7% com idades de 12 a 14 anos e 28% com adolescentes com idades de 17 a 18 anos.

Frente a esses casos, na data alusiva ao 18 de maio de 2021, dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração de Crianças e Adolescentes, o Ministério Público da Paraíba (MPPB) fez um alerta aos pais/responsáveis, educadores e outros profissionais que lidam diretamente com crianças e adolescentes, sobre o registro realizado através do portal de denúncias “Disque 123”, sistema próprio de denúncias do estado da Paraíba, no qual a cada 2 dias, um indivíduo do público infantojuvenil se torna vítima de violência sexual no estado. Salienta-se que, recentemente, esse número para denúncias passou por alterações e foi substituído pelo 155 (MPPB, 2021).

Ainda no que se refere aos dados que caracterizam essa violência, a Cable News Network - CNN (2023), em um de seus levantamentos acerca desse tema, destacou que 68% dos casos de abuso sexual ocorrem no âmbito intrafamiliar, ou seja, é efetuado por alguém do

convívio da criança, senão por aqueles de laços sanguíneos, ou por amigos e vizinhos próximos. Dessa forma, uma preocupação decorrente desse aumento nos casos de abuso é a caracterização da forma como ele ocorre, na qual o abusador usa o fato da criança ser vulnerável e “inocente”, não reconhecendo facilmente os sinais do abuso, como um facilitador para a perpetuação dessa violência. Nessa perspectiva, segundo Figueiró (2018), a criança, por ser vulnerável e possuir certa ingenuidade, acaba por não compreender o que está de fato acontecendo, quando se encontra em um ato sexual com um adulto. Ademais, devido ao tabu social criado em torno dessa temática, aumenta-se a inibição de crianças para falar sobre ele, bem como dificulta a divulgação e a discussão de conhecimentos sobre essa problemática, seja no âmbito familiar ou, até mesmo, no âmbito escolar.

Nesse tocante, destaca-se que a discussão e a promulgação de conhecimento sobre o abuso sexual infantil e as consequências geradas para a infância é, de acordo com Brino e Williams (2008) e Barros (2016), papel crucial da escola, que pode se utilizar da educação sexual como uma forma de prevenir e reduzir os índices elevados dessa problemática social. Consoante a isto, afirma Spaziani (2013, p. 39), a escola “[...] se configura como um local privilegiado para o rompimento do complô do silêncio, por meio de ações preventivas dos/as professores/as, bem como a detecção precoce da violência sexual infantil por parte destes/as”.

A educação sexual, segundo Furlani (2009), tem como objetivo fundamental auxiliar os alunos para que possam vivenciar sua sexualidade de maneira absoluta, satisfatória e sentimental. Sugere-se, para tanto, trabalhar o respeito por si e pelo outro, a garantia de direitos básicos à saúde, informação e aprendizado, como elementos indispensáveis para a formação de cidadãos responsáveis e conhecedores de suas capacidades, deveres e direitos. Dessa forma, a sexualidade precisa ser versada com sensatez, pois é dessa maneira que ela se apresenta, ou seja, a temática precisa ser discutida conforme as inclinações dos alunos, bem como levando em consideração às demandas pedagógicas, pautadas nos valores sociais do meio em que estão inseridos, assim como de forma adequada a faixa etária dos estudantes (Werebe, 1998).

Pontua-se que a educação sexual está amparada pela Lei de Diretrizes e Bases para a educação - LDB Lei 9.394/96, que com o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), trouxe como foco componentes que são essenciais para uma escolarização que forme cidadãos, a saber: “[...] aos recursos culturais relevantes [...] [ou seja,] tanto os domínios do saber tradicionalmente presentes no trabalho escolar quanto às preocupações contemporâneas com o ‘meio ambiente’, com a ‘saúde’, com a ‘sexualidade’ e com as ‘questões éticas’ relativas à ‘igualdade de direitos, à dignidade’ do ser humano e à ‘solidariedade’ [...]” (Brasil, 1997).

Neste sentido, toda criança e/ou jovem, independente de suas condições socioeconômicas, possui o direito de acesso aos conhecimentos necessários para o exercício de sua cidadania (PCN, 1997).

Entretanto, dados têm demonstrado negligências por parte de algumas instituições educacionais na aplicação da educação sexual. É possível observar a discriminação de professores e profissionais da educação diante das expressões sexuais dos educandos (Gesser; Oltramari; Panisson, 2015; Nardir; Quartiero, 2012; Madureira; Branco, 2015). Este acontecimento pode se associar ao fato de que uma enorme parcela dos professores não recebe formação para lecionar sobre temas relacionados à sexualidade, reforçando um modelo pedagógico alicerçado em conceitos religiosos, higienista e heteronormativos (Gesser; Oltramari; Panisson, 2015; Madureira; Branco, 2015). Desse modo, observa-se que a sexualidade pouco se encontra inserida nos projetos educacionais e, nos casos que se insere, é abordada de modo negativo, como uma “problemática” a ser controlada (Leite, 2013).

Desse modo, torna-se crucial que esse cenário seja alterado, principalmente pelo alarmante crescimento de violações sexuais contra crianças e adolescentes, conforme foi supracitado. Além de que, nessas fases do desenvolvimento infantil, estes indivíduos necessitam de informações transmitidas de forma adequada para que possam se tornar conscientes das violências e abusos que podem ser acometidos, inclusive no seu próprio âmbito familiar (Rios, 2013).

Frente ao exposto e na tentativa de compreender se o cenário de aplicação da educação sexual em instituições educacionais tem se modificado nos últimos anos, este trabalho tem como objetivo geral investigar como a educação sexual tem sido efetuada no ensino infantil e no ensino fundamental de escolas brasileiras. Para tanto, realizou-se uma revisão integrativa da literatura nacional nos últimos cinco anos, ou seja, de 2019 a 2024.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Investigar como a educação sexual tem sido efetuada no ensino fundamental I de escolas brasileiras.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar na literatura científica como a educação sexual no contexto escolar vem sendo apresentada.
- Apontar os efeitos da educação sexual na prevenção do abuso sexual.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Corporeidade, Educação e Sexualidade

De acordo com Gallo (2006), a partir da visão de Platão, o corpo humano passou a ser entendido como a divisão de dois mundos, sendo eles, o mundo perfeito ou mundo das ideias (dimensão da mente) e o mundo físico ou imperfeito (corpo físico ou a matéria). Historicamente, é possível identificar essa divisão na educação, uma vez que a separação das disciplinas distingue as que trabalham a mente (matemática, português, história, entre outras) e as que trabalham o corpo (educação física).

Por outro lado, a proposta de corporeidade apresentada por Merleau-Ponty (1994) proporciona uma reflexão acerca do problema da cisão entre corpo e mente, de modo que, segundo o teórico, o corpo precisa ser entendido em sua totalidade, ou seja, levando em consideração as suas vivências e suas experiências. Logo, é necessário considerar o corpo da maneira como se pensa, fala, escreve e sente, ou seja, considerando tudo ao entorno do corpo, como suas emoções e ações.

Conforme Goellner (2013), “mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam e as intervenções que nele operam” (Goellner, 2013, p. 31). Nessa lógica, de acordo com Louro (2013), os corpos não são incontestáveis e estão em constante transformação, seja por parte do próprio sujeito e/ou da sociedade.

Nesse tocante, pensar a educação a partir da corporeidade consiste em entender que o aprendizado não se dá apenas a partir da inteligência, mas sim, que todo o corpo, sensibilidade e imaginação fazem parte do processo. Consoante a isto, Moreira (2012) afirma que um corpo ao receber educação se torna um corpo que aprende a fazer história e a fazer cultura.

Louro (2013) destaca que o corpo considerado como esse espaço de mudanças aceleradas e diversas, ganhou destaque na década de 1960 através da luta política de grupos minoritários que até então teriam sido silenciados. Assim, deu-se início a um novo modelo de política, dessa vez de forma plural e protagonizada por diversos grupos organizados de maneira coletiva, colocando em pauta a cultura e as discussões em torno das temáticas: gênero, sexualidade, etnia e raça. Entretanto, essas temáticas não adentraram de forma efetiva nas

instituições escolares, tendo em vista que a realidade mostra que tais temas ganharam espaço apenas em datas alusivas à causa, o que, por vezes, mantém a ideia da discussão como algo diferente, estranho e excêntrico.

Outra construção em torno do corpo, efetivada no decorrer da história, foi, de acordo com Felipe (2013), a divisão e demarcação do corpo em torno de uma divisão por sexo, no qual os corpos femininos e masculinos são vistos e pensados de formas diferentes, ou seja, hierarquizados. Além disso, “os corpos vêm sendo instigados a uma crescente erotização, amplamente veiculada através da TV, do cinema, da música, dos jornais, das revistas, das propagandas, outdoors, e, mais recentemente, da internet.” (Felipe, 2013, p. 57). Estes casos acometem, em especial, crianças do sexo feminino, o que demarca essa hierarquização e demonstra uma problemática que precisa ser enfrentada.

Ao considerar essas questões que atravessam os corpos infantis, um conjunto de leis para o bem-estar e segurança das crianças foram efetivadas, de modo que a sexualidade infanto-juvenil passou a ser protegida pelo Estado (Felipe, 2013). Dessa forma, um caminho oportuno para a garantia dessa proteção passa a ser as discussões em torno da sexualidade efetivadas nos ambientes de socialização da criança, tendo como destaque a educação sexual realizada na escola.

3.2 Educação sexual como uma possibilidade didática

Antes do aprofundamento com relação à educação sexual, ressalta-se que a sexualidade, de acordo com Freud (1905), surge desde o nascimento do indivíduo e percorre todo o seu percurso de vida. Postula Freud (1905/1976a p.5): “quando vemos um bebê saciado deixando o seio e cair para trás adormecido com um sorriso de satisfação nas faces rosadas, não podemos deixar de dizer que esta imagem é o protótipo da expressão da satisfação sexual na existência posterior”. Em consonância com essa ideia, Foucault (1977) afirma que a sexualidade é inerente ao ser humano, sendo manifestada desde o seu nascimento até a sua morte, de maneira diferente a depender da etapa de desenvolvimento do sujeito.

Por ser, a sexualidade, inerente ao sujeito, percebe-se a importância desse tema ser discutido com as crianças desde a mais tenra idade. Para tanto, surge a educação sexual que se configura, de acordo com Gagliotto e Lembeck (2011), como uma forma de intervenção pedagógica que pode contribuir na prevenção do abuso sexual na infância, da gravidez precoce e de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), assim como contribui para o conhecimento acerca das mudanças vividas no corpo com a chegada da puberdade na adolescência, proporcionando ao alunado reflexões, resoluções de questionamentos e discussões. Para além

disso, a educação sexual não direciona a responsabilidade de se auto proteger somente para a criança, mas sim a orienta a buscar um adulto de confiança, evitando, por exemplo, que um abuso aconteça.

Nessa perspectiva, Saito et al. (2000) aponta que é clara a necessidade de que sejam consideradas as singularidades de cada faixa etária e os fatores de risco inerentes a cada fase do desenvolvimento, ao se propor a educação sexual. Por isso, um dos primeiros passos para efetivação dessa prática é reconhecer a criança como um ser sexuado e o adolescente de modo desvinculado dos estereótipos que o ligam a liberação dos costumes, ao erotismo excessivo e à promiscuidade. Posteriormente, é necessário desvincular a sexualidade da ideia de incentivo à atividade sexual.

A escola, de acordo com Brino e Williams (2008), por ser um local propício para o desenvolvimento da educação sexual está atrelada ao fato dela ser um ambiente no qual a criança passa maior parte de sua rotina, além de ser um local de expressão de sinais de violações, seja através de alterações no comportamento e no humor, na produção de desenhos eróticos, em manifestações de erotização durante brincadeiras, queda no rendimento escolar, choro frequente e comportamentos agressivos. Para tanto, é imprescindível que a comunidade escolar e o corpo docente estejam preparados para conseguir identificar esses sinais, assim como estarem aptos para dialogar com estes alunos, mantendo uma postura investigativa e de disponibilidade, na tentativa de compreender o que, de fato, o aluno quer saber com aquela pergunta ou atitude, a fim de que meios pedagógicos sejam acionados para satisfazer as demandas elencadas. Sendo assim, segundo Ratusniak (2011), às instituições educacionais precisam apoiar a formação continuada de seus professores, possibilitando construir um espaço formal de discussão acerca da sexualidade nas mais diversas fases da vida.

Nessa perspectiva, Furlani (2013) argumenta que os recursos culturais relevantes abordados nos PCN devem ser integrados aos currículos escolares. As instituições que se opõem a essa inclusão estão, portanto, educando o corpo estudantil de maneira incompleta. Pontua Furlani (2013): “Insisto que a educação sexual, em qualquer nível de ensino, deve ser caracterizada pela continuidade. Uma continuidade baseada em princípios claros de um processo permanente” (Furlani, 2013, p. 69).

Apesar da relevância da educação sexual, a efetivação de sua prática nas escolas brasileiras ainda é um desafio. Como pontua Gagliotto e Lembeck (2011), o tabu social existente em torno do tema, fantasia um modelo de educação não existente e dificulta a aceitação social para a adoção da educação sexual. Neste sentido, a ideia de sexualidade

presente na sociedade efetua um apelo à reprodução e anula as diversas formas de vivenciar a sexualidade, como por exemplo, na infância (Furlani, 2013, p. 74). Saito et al. (2000) discutem que são poucas as instituições que adotam programas ou práticas pedagógicas que abordam a educação sexual, principalmente devido a sexualidade ainda ser vista, desde o século XIX até os dias atuais, como algo restrito a reprodução e apenas para ser vivenciada entre adultos.

Países que adotaram a educação sexual nas escolas como uma prática efetiva têm demonstrado resultados positivos, como é o caso do Reino Unido em que, de acordo com Temer (2023), o índice de gravidez na adolescência e de IST's diminuíram consideravelmente, além de que os indivíduos iniciaram suas vidas sexuais mais tarde e de forma consciente. Logo, a ideia de “incentivo” ao ato sexual não persistiu, tendo em vista que o sexo é algo natural do corpo humano e a educação sexual nos anos iniciais não segue essa linha de desenvolvimento, mas sim de autoconhecimento do corpo e da identificação e prevenção de possíveis abusos e violações sexuais.

Desse modo, depreende-se que a escola, ao promover a educação sexual, deve intervir de forma compreensiva, crítica, transgressora, didática, pedagógica e explicativa, para que, dessa forma, o alunado possa compreender essa temática de forma ampla, questionando os tabus e preconceitos atrelados ao tema. Nessa esteira de pensamento, não disponibilizar os conhecimentos necessários para o desenvolvimento das crianças, seja por valores morais ou religiosos, não traz nenhum benefício para as mesmas, além de desenvolver bloqueios no aprendizado e na espontaneidade (Ribeiro, 1990).

4. METODOLOGIA

4.1 Material

Foram selecionados artigos que objetivaram investigar como a educação sexual tem sido efetuada no ensino infantil e no ensino fundamental I de escolas brasileiras. Como fonte de análise, foram utilizados artigos empíricos publicados na íntegra em português, em um intervalo de 5 anos (2019 a 2024), nas bases de dados indexadas no Portal do Periódico CAPES.

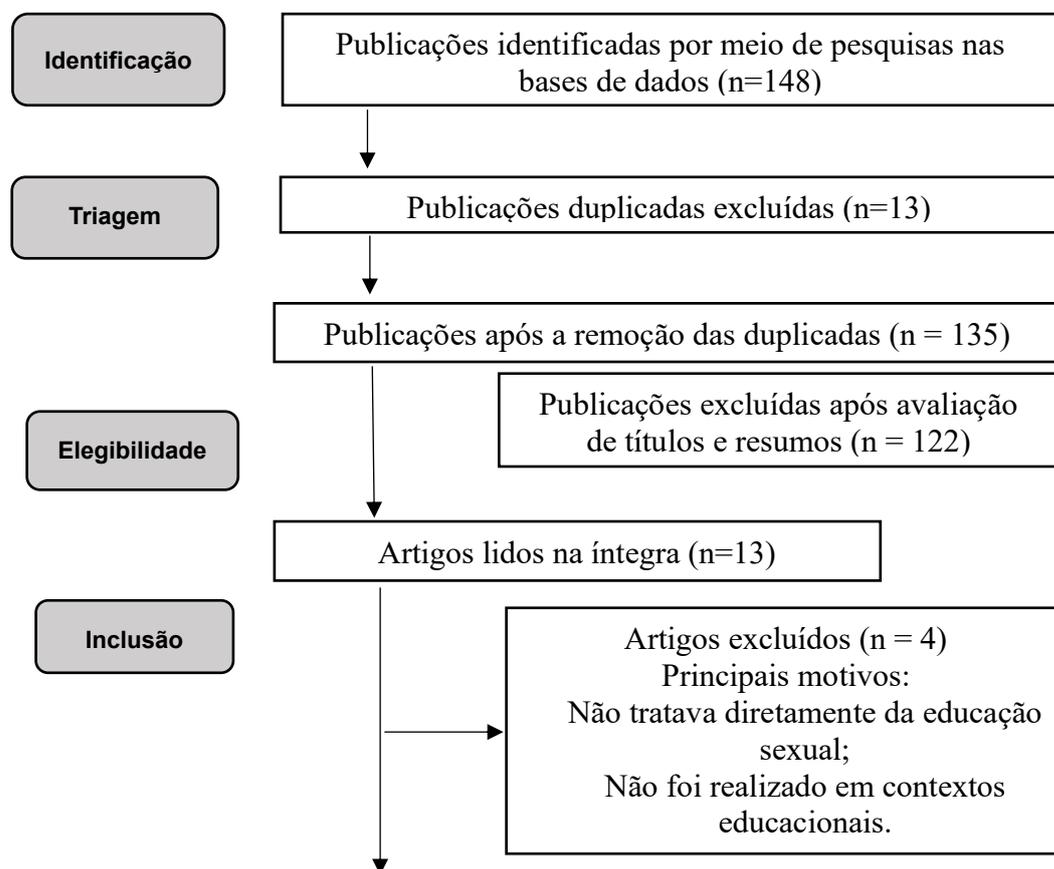
4.2 Procedimento de coleta e seleção dos estudos

A busca foi realizada por meio dos seguintes descritores e operadores booleanos: (educação sexual OR sexualidade OR abuso sexual) AND (ensino infantil OR educação infantil OR ensino fundamental OR escola) AND (infância) AND (prevenção OR intervenção). Para a seleção dos estudos também foram adotados critérios de inclusão e de exclusão.

Os critérios de inclusão dos artigos foram que: (1) abordassem como a educação sexual tem sido realizada no ensino infantil ou no ensino fundamental I, seja a partir de intervenções ou pela perspectiva dos professores, (2) estivessem disponíveis entre 2019 e 2024, (3) fossem publicados nos idiomas português e (4) fossem publicados em revistas revisadas por pares. Considerando isso, ao efetuar a pesquisa, foram identificados 148 artigos nas bases indexadas no Periódicos CAPES, dos quais 13 eram repetidos e foram removidos, resultando em 135 artigos. Os resumos desses artigos foram apresentados a uma avaliação de dois juízes que fizeram uma nova seleção com base nos seguintes critérios de exclusão: (1) artigos que não se referiam diretamente a educação sexual, (2) artigos de revisão da literatura ou de validação de instrumentos e (3) artigos com texto completo indisponível.

A partir desses critérios, foram excluídos 122 artigos. Os 13 artigos resultantes foram, então, lidos na íntegra. Com base nessa leitura, 4 artigos foram excluídos por critérios que não ficaram evidentes apenas com a leitura dos resumos. Dessa forma, 9 artigos constituíram a análise final da presente revisão integrativa. O fluxograma abaixo (Figura 1), demonstra as etapas do processo de seleção dos estudos.

Figura 1
Fluxograma do processo de seleção dos estudos



4.3 Procedimento de análise

Para sistematizar os dados obtidos a partir da leitura dos estudos, foram estabelecidas as seguintes categorias de análise: (1) Implementação da educação sexual; (2) Educação sexual e a prevenção ao abuso sexual; (3) Desafios para a realização da educação sexual.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na presente revisão integrativa, analisou-se nove artigos que atenderam aos critérios de inclusão anteriormente estabelecidos para o trabalho. Dentre estes artigos, uma parte menor apresentou intervenções realizadas diretamente com os alunos (Barbosa et al., 2024; Machado; Bernardes; Borges, 2024; Silva et al., 2020), e outra parte demonstrou resultados de entrevistas realizadas com professores para identificar o que esses profissionais sabem sobre a educação sexual e como a realizam ou como abordam a prevenção ao abuso sexual infantil nas instituições em que trabalham (Gonçalves; Dias, 2021; Martini et al., 2023; Matos; Oliveira, 2023; Mesquita, 2020; Nascimento; Albrecht, 2023; Tomaz; Ritti, 2020). Aspectos gerais desses artigos estão apresentados na Tabela 1.

Com relação ao local em que os estudos foram realizados, observou-se que as pesquisas foram desenvolvidas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Sul do Brasil, o que apresenta um panorama nacional de como a educação sexual tem sido efetivada. Entretanto, nenhum dos artigos revisados foi desenvolvido na região Nordeste, o que suscita questionamentos sobre os motivos dessa ausência e alerta para a necessidade de implementação da educação sexual na região, especialmente considerando que, de acordo com o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (2024), a partir da coleta de dados realizada entre 2015 e 2021, foram registrados na região Nordeste 8.076 casos de violência sexual contra meninas e 1.957 casos contra meninos com idades entre 0 e 9 anos, além de 21.763 casos de violência contra meninas e 1.150 casos contra meninos com idades entre 10 e 19 anos. Corroborando esses dados, Silva (2022) destaca que os estados do Nordeste apresentam altas taxas de estupro de vulneráveis, com destaque para o Piauí, que possui a maior taxa.

Outro ponto observado foi que as intervenções realizadas com os alunos foram conduzidas por estudantes das áreas de Medicina, Psicologia e Farmácia, ou seja, da área da saúde, no contexto de projetos de extensão. Não houve intervenções realizadas por profissionais da educação, como pedagogos, professores, gestores, coordenadores pedagógicos e/ou

psicopedagogos. Tal fato pode refletir a falta de formação continuada sobre a temática, o que compromete a segurança dos profissionais da educação para abordar e discutir a educação sexual (Villa; Prado, 2020). Para além dos aspectos gerais, os resultados dos artigos foram organizados em categorias que estão descritas a seguir.

Implementação da educação sexual

No que se refere aos trabalhos que demonstraram formas de implementação da educação sexual, os estudos de Barbosa et al. (2024) e Machado, Bernardes e Borges (2024), apontaram que as intervenções feitas com os alunos tiveram como objetivos principais a promoção do autocuidado, a prevenção do abuso sexual infantil e a discussão de questões relacionadas à puberdade. Essas iniciativas se tornam ainda mais relevantes diante da realidade de desigualdade social que impacta diretamente o cotidiano das crianças, especialmente em aspectos como higiene pessoal e a falta de conhecimento sobre violência sexual.

No contexto dessas intervenções, destacaram-se as palestras e a dinâmica "Semáforo do Toque", que facilitaram a construção do entendimento dos alunos acerca da diferença entre o toque abusivo e o toque afetivo, além de promoverem uma conscientização inicial sobre a violência sexual, o que contribui para a identificação precoce de sinais de abuso. Corroborando com a relevância de intervenções com esse foco, Figueiró (2018) alerta que a ingenuidade natural das crianças as torna particularmente vulneráveis, o que dificulta o reconhecimento de situações de violência. Logo, trabalhar essas questões é crucial para a prevenção do abuso.

Outro aspecto observado com a prática da educação sexual foi a dificuldade em sua efetiva aplicação devido ao tabu social relacionado ao tema, conforme apontado por Silva et al. (2020). Os autores relatam que, durante os diálogos com as crianças participantes das intervenções, foi possível identificar a ausência de conversas entre pais e filhos sobre a sexualidade, o que pode ser atribuído ao tabu profundamente enraizado na sociedade, aliado ao excesso de informações distorcidas e muitas vezes sensacionalistas disseminadas pelas mídias sociais. Também pode se relacionar ao fato de que, em muitos casos, são os próprios familiares que praticam o abuso sexual contra a criança, o que reverbera na ausência desse diálogo.

Nesse contexto, Gagliotto e Lembeck (2011) destacam que o tabu sobre a educação sexual cria uma concepção fantasiosa e distorcida do que essa educação representa, inibindo as crianças de adquirirem conhecimentos essenciais para seu desenvolvimento integral. Essa visão equivocada da educação sexual acaba promovendo uma rejeição social à abordagem, dificultando o acesso de crianças e jovens a informações adequadas e necessárias para a formação de sua cidadania e bem-estar.

Educação sexual e a prevenção ao abuso sexual

Conforme apresentado anteriormente, alguns trabalhos realizados por estudantes de áreas da saúde desenvolveram intervenções para os alunos aprenderem a identificar sinais de abuso e, com isso, trabalhar a prevenção dessa violência. Entretanto, no que se refere a forma como os professores executam a educação sexual e previnem o abuso sexual, Gonçalves e Dias (2021) e Matos e Oliveira (2023) mostram que o corpo docente e a gestão escolar frequentemente necessitam de conhecimento adequado sobre o abuso sexual infantil e da compreensão de sua responsabilidade na prevenção dessa violência.

Essa lacuna de conhecimento acerca da prevenção do abuso sexual é percebida como uma fragilidade das instituições educacionais, resultado da falta de preparo acadêmico, do insuficiente incentivo por parte da instituição de ensino e da ausência de uma formação continuada que aborde especificamente o tema. Nesse contexto, Ratusniak (2011) ressalta que a formação continuada deve ser efetivamente apoiada pelas instituições educacionais, a fim de criar um ambiente propício para discussões fundamentadas e esclarecedoras sobre a temática, abrangendo todas as etapas da vida e promovendo uma conscientização ampla e eficaz sobre o assunto.

Além da necessidade de formação continuada, observou-se, ao se analisar as concepções dos professores sobre temas como sexualidade infantil, diversidade de gênero e o ensino em sala de aula sobre essas temáticas, que os docentes possuem um perfil conservador, refletido em suas ações, ao não se mostrarem preparados para acolher a curiosidade das crianças acerca do corpo, sem censura ou discriminação, e para atender aos requisitos colocados na BNCC sobre os assuntos analisados (Martini et al., 2023; Nascimento; Albrecht, 2023). Nesse sentido, Ribeiro (1990) discute que a inibição de saberes causada por valores rígidos, morais ou bons costumes não beneficia a criança, mas, na verdade, pode causar bloqueios no desenvolvimento da curiosidade e espontaneidade.

Dessa forma, devido à falta de capacitação dos profissionais da educação para ensinar sobre sexualidade, Mesquita (2020) aponta que isso reflete uma visão descontextualizada dos educadores, que se restringem ao contexto biológico e abordam o tema de forma descontinuada, ou seja, apenas quando solicitado ou diante de algum incidente na instituição. Nesse processo, deixam de lado questões fundamentais, como diversidade, corporeidade, prevenção e proteção. Gesser, Oltramari e Panisson (2015) corroboram essa análise, destacando que a ausência de um

treinamento específico para trabalhar a sexualidade reforça um modelo educacional conservador, baseado na religião, na higiene e na heteronormatividade.

Desafios para a realização da educação sexual

Quanto às dificuldades enfrentadas na prática da educação sexual, Tomaz e Ritti (2020) afirmam que as escolas, na tentativa de solucionar os casos ocorridos dentro das instituições, fazem apenas encaminhamentos imediatos para as autoridades, sem incentivar a formação continuada ou a elaboração de atividades voltadas para mudar a realidade escolar junto aos educandos e seus familiares. Esse resultado reflete o que Guimarães (1995) aponta sobre o conservadorismo institucional, que nutre a vergonha de 'falar sobre sexo'.

Outro desafio, de acordo com Gonçalves e Dias (2021) e Martini et al. (2023), é a falta de preparo do corpo docente para discutir o abuso sexual infantil e, conseqüentemente, suas responsabilidades diante dessa violência. Esse cenário reflete uma postura conservadora, que é transmitida aos alunos. A ausência de materiais adequados para trabalhar a educação sexual, ou mesmo o desconhecimento da gestão escolar sobre a existência desses materiais, também configura desafios para a prática educacional. Além disso, a dificuldade em encontrar materiais teórico-metodológicos que abordem o tema sem preconceito é frequentemente mencionada, uma vez que os disponíveis tendem a reproduzir uma perspectiva adultocêntrica e heteronormativa (Matos; Oliveira, 2023; Machado; Bernardes; Borges, 2024).

Desse modo, conforme Ratusniak (2011), torna-se imprescindível a construção de uma escola reflexiva que compreenda as manifestações da sexualidade de forma atual, bem como a vivência de discussões sobre sexualidade por parte do corpo docente, resultando na construção de novos saberes e no abandono do preconceito acerca da sexualidade.

Tabela 1.

Aspectos gerais dos artigos revisados

Autores	Local	Objetivo	Participantes	Intervenção/Metodologia	Resultados Principais
Intervenções com os alunos					
Barbosa et al. (2024)	Rondônia (RO)	Descrever a realização de um projeto de extensão realizado por alunos de medicina, voltado à promoção do autocuidado e a prevenção do abuso sexual infantil.	Cerca de 300 crianças de 7 a 12 anos, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública.	Realizou-se palestras e dinâmicas para trabalhar temáticas como higiene, abuso sexual, puberdade e amadurecimento. Para trabalhar sobre o abuso sexual, foi realizada uma dinâmica denominada “Semáforo do Toque”.	Observou-se como as desigualdades sociais interferem no cotidiano das crianças, principalmente em relação as questões de higiene. Também se percebeu o desconhecimento com relação a identificação de um abuso sexual. A partir das dinâmicas, notou-se que os estudantes construíram ensinamentos de maneira dinâmica e recreativa, de modo a se sensibilizarem diante das temáticas trabalhadas.
Machado, Bernardes e Borges (2024)	Porto Alegre (RS)	Descrever uma prática de extensão universitária realizada por estudantes de psicologia em uma escola pública com o objetivo de trabalhar a educação sexual na prevenção primária de	Crianças com idades de 7 a 8 anos, estudantes do 3º ano do ensino fundamental de uma escola da rede pública.	Realizou-se uma oficina denominada “Semáforo do Toque” com dinâmicas baseadas no livro “Pipo e Fifi” a partir de 2 encontros. No primeiro, foram trabalhadas questões relacionadas à identificação do corpo humano; no segundo, explorou-se à identificação dos tipos de toques que uma criança pode receber de um adulto, incluindo	Percebeu-se que práticas preventivas realizadas nas escolas podem contribuir para a identificação precoce de situações de violência contra crianças e adolescentes.

		situações de abuso sexual infantil.		toques saudáveis versus toques que caracterizariam um abuso.	
Silva et al. (2020)	Mato Grosso do Sul (MG)	Relatar a experiência de acadêmicas de medicina e farmácia em uma ação sobre o combate à violência sexual infantil para alunos do quinto ano do ensino fundamental de uma instituição pública.	Alunos do quinto ano do ensino fundamental.	Apresentação dos aspectos comportamentais naturais da infância e da adolescência, assim como de frases comumente ditas por abusadores, os tipos de abusos existentes e os sinais típicos apresentados por uma criança que sofre alguma violência. Além de fornecer instruções sobre como realizar uma denúncia de abuso sexual.	O depoimento dos alunos permitiu identificar a falta de diálogo deles com os seus pais sobre o assunto, além da alta exposição às mídias sociais e a dificuldade em diferenciar uma situação de abuso de uma demonstração de afeto.
Entrevistas realizadas com os professores					
Gonçalves e Dias (2021)	São Paulo (SP)	Discutir sobre o posicionamento de professores do ensino fundamental com relação à prevenção, suspeita e identificação do abuso sexual infantil, no contexto escolar.	4 professores, 3 de sexo feminino e 1 do sexo masculino, que atuavam no ensino fundamental de uma escola pública.	Foram realizadas entrevistas semiestruturadas abordando os temas: abuso sexual, suspeitas e identificação.	Observou-se que os professores possuem pouca apropriação sobre o que é o abuso sexual infantil e quais as suas responsabilidades com relação a essa violência. Também se mostraram despreparados para o enfrentamento do problema por não possuírem formação adequada para tal.
Martini et al. (2023)	Rio Grande do Sul (RS)	Investigar sobre a visão pessoal dos profissionais da educação a respeito de temas com:	Professoras, pedagogas e coordenadoras do Ensino Fundamental e	Foram realizados questionários abordando temas como: sexualidade, diversidade de gênero e o ensino da temática no âmbito escolar.	O perfil do público analisado é conservador e reflete isso no ensino e no repasse das informações para os educandos sobre sexualidade e diversidade

		sexualidade, diversidade de gênero e o ensino dessa temática no âmbito escolar.	Infantil de escolas estaduais, municipais e privadas.		de gênero no ambiente escolar. Os professores se percebiam como pouco preparados, mesmo para atender aos requisitos colocados na BNCC.
Matos e Oliveira (2023)	Manaus (AM)	Analisar as práticas pedagógicas de gestoras da educação infantil e orientá-las sobre a possibilidade de trabalhar a violência sexual através da literatura infantil.	9 gestoras dos Centros Municipais de Educação Infantil.	Aplicação de questionários semiestruturados sobre violência sexual, estupro e pedofilia à 9 gestoras, além de reforçar a importância de discutir esses assuntos nas escolas.	Observou-se a fragilidade e a dificuldade para se trabalhar a educação sexual nas escolas, tendo em vista a falta de formação continuada dos educadores, o tabu social e a limitação dos pais dos alunos para permitir discussões acerca da temática.
Mesquita (2020)	Belém (PA)	Analisar as compreensões de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental a respeito da temática sexualidade humana no contexto do letramento científico.	4 docentes polivalentes, efetivas e licenciadas que atuam em turmas de 1º ao 5º ano.	Aplicação de questionários, realização de encontros pedagógicos, interações cotidianas e entrevista semiestruturada.	Identificou-se que a educação sexual tem sido feita de forma descontextualizada, sem focar na diversidade sexual, focando apenas nos aspectos biológicos e esquecendo de trabalhar os demais aspectos. Além de que, as docentes, em sua maioria, desenvolvem o tema apenas quando solicitadas pelos seus alunos, ou diante de alguma situação ocorrida na escola.
Nascimento	São Paulo (SP)	Descrever a concepção de sexualidade infantil	Professores da Educação Infantil e das	Pesquisa de campo com entrevistas abertas direcionadas aos professores,	Observou-se a necessidade de existir uma capacitação de docentes, direcionada ao estudo

Albrecht (2023)		apresentada nas narrativas dos professores, sugerindo abordar os conhecimentos interdisciplinares.	séries iniciais de instituições de ensino públicas.	nas quais foi investigada a temática sexualidade infantil.	da sexualidade infantil, essencial para o desenvolvimento da criança, de modo a acolher sua curiosidade em relação ao corpo sem censura ou estranhamento.
Tomaz e Ritti (2020)	Juiz de Fora (MG)	Investigar processos de prevenção, denúncia e cuidados no âmbito escolar em casos de violência sexual contra crianças de 0 a 12 anos. Construindo assim uma possível compreensão do papel da escola nesses processos.	3 profissionais da área da educação atuantes no ensino infantil e/ou fundamental e 1 profissional da área jurídica específica para infância e juventude.	Foram realizadas entrevista com os profissionais da educação infantil e fundamental abordando os temas: prevenção, denuncia e cuidados no ambiente escolar.	Observou-se que a escolas encaminham os casos de forma imediata na tentativa de resolução dos mesmos, a partir da preocupação dos profissionais, mas, por outro lado, as escolas não atuam de maneira contínua mediante a violência sofrida pela criança, não oferecendo maiores cuidados ou um trabalho para fazer diferença no que diz respeito à mudança da realidade ou o incentivo a formação continuada para trazer o mínimo de segurança às/aos profissionais da educação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura revisada evidenciou que a educação sexual infantil nas escolas necessita ser reavaliada. O que se deve ao fato de que, na maioria das vezes, os profissionais da educação não possuem a capacitação adequada, tanto em sua formação acadêmica inicial quanto na formação continuada, para abordar a temática da educação sexual infantil. Além disso, as instituições de ensino não incentivam esses profissionais nem promovem atividades ou projetos que tratem da questão de maneira a comprometer-se com o aprendizado dos alunos, nem a fornecer o conhecimento necessário para seu desenvolvimento integral.

A ausência de profissionais da educação investigando a temática ou publicando as intervenções de educação sexual realizadas, deixa um alerta para a necessidade emergente de implementação de projetos voltados para o corpo docente se inserir nesta problemática, de forma a auxiliar na prevenção primária dessa violência, uma vez que a escola é, para a criança, um local de descobertas, desenvolvimento da curiosidade, imaginação e expressão.

Nesse sentido, é preciso o preparo do corpo docente e das instituições para desenvolverem atividades educacionais de forma didática, lúdica e metodológica, estando sempre disponível para ouvir os alunos e estar atento a todos e quaisquer sinais que as crianças possam dar. Entretanto, os conceitos pré-estabelecidos pela sociedade fazem com que questões tão importantes como a educação sexual infantil se tornem um tabu, de forma que o indivíduo se torna alvo fácil por sua vulnerabilidade e falta de conhecimento relacionado ao abuso sexual.

Diante desse cenário, espera-se que este trabalho possa incentivar a reflexão sobre a forma como a educação sexual no âmbito das escolas infantis vem sendo conduzida no ambiente escolar, buscando promover um olhar para a necessidade de mudanças nas instituições de ensino, fomentar a formação continuada dos professores e iniciativas interventivas por parte da gestão escolar. Para tanto, é necessário quebrar os conceitos preestabelecidos socialmente e construir estratégias que visem melhorar a qualidade do ensino, com foco na promoção de conhecimentos sobre sexualidade, diversidade de gênero, cuidado e proteção do próprio corpo, entre outras temáticas, sempre adaptadas à faixa etária de cada aluno.

Apesar dos pontos elencados, é válido ressaltar que este trabalho possui limitações, como o recorte temporal definido para a busca dos artigos, que abrangeu os últimos cinco anos, além das bases de dados investigadas e dos descritores utilizados, os quais podem ter dificultado uma busca mais ampla, com mais estudos sobre a educação sexual. Nesse sentido, sugere-se que outras pesquisas sejam realizadas de forma mais abrangente.

Independente das limitações apontadas, considera-se que este trabalho pode contribuir para evidenciar o papel da educação sexual na prevenção do abuso sexual infantil, além de alertar para a necessidade de dar continuidade às discussões e à implementação crítica dessa prática no contexto escolar, com o objetivo de reduzir os casos de violência e promover uma cultura de paz.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, C. Y. Y. et al. **Protegendo a infância – relato de experiência de um projeto de extensão na medicina.** Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 01-08, mar/apr. 2024.

BARROS, Marilene Maria Aquino Castro. **A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos: um estudo de caso em juruti (PA).** 251f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém-PA, 2016.

BEHRENS, Priscila de Almeida Castro et al. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma violação de direitos humanos.** Research, Society and Development, v. 11, n. 10, p. e347111028730-e347111028730, 2022.

BRASIL/Secretaria da Educação Fundamental (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais - Vol. 08: Apresentação dos temas transversais e ética.** Brasília: MEC/SEF. Brasileira das obras completas, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

BRASIL, Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico. **Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021.** Brasília/DF, volume 54, n. 8, 29 fev. 2024.

BRINO, R. F.; WILLIAMS, L.C.A. **Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil.** Educação & Realidade. 2008; 33(2): 209-30.

FELIPE, J. **Erotização dos corpos infantis.** In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. (Org.), **Educação Sexual: saberes essenciais para quem educa.** Curitiba: CRV, 2018.

FOULCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber.** Trad. M. T. G. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977b.

FREUD, S. (1905) **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** Edição Standard.

FURLANI, J. **Educação sexual: possibilidades didáticas**. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FURLANI, J. **Encarar o desafio da Educação Sexual na escola**. In: SANTOS, D. B. C; ARAÚJO, D. C. de. (Org.). *Sexualidade*. Curitiba: SEED, 2009. p. 37–48.

G1 PB. Maioria das vítimas de exploração sexual de crianças e adolescentes na PB é do sexo feminino, diz MPT. G1 Paraíba, 19 de maio de 2021. Disponível em: [<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/05/19/maioria-das-vitimas-de-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes-na-pb-e-do-sexo-feminino-diz-mpt.ghtml>]. Acesso em: 30 de setembro 2023.

GAGLIOTTO, G.M.; LEMBECK, T. **“Sexualidade e Adolescência: educação sexual numa perspectiva emancipatória”**. *Revista de Educação*, vol.6. n.11, 2011.

GALLO, S. **Corpo ativo e filosofia**. In: MOREIRA, W. W. (Org.). *Século XXI: a era do corpo ativo*. Campinas, SP: Papirus, 2006. p. 9-30.

GARCIA, Gustavo; MAZAI, Guilherme; PARREIRA, Marcelo. **Brasil registrou 202,9 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes de 2015 a 2021, diz boletim**. G1 Paraíba, Brasília, 18 de maio de 2023. Disponível em: [<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/18/brasil-registrou-2029-mil-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-de-2015-a-2021-diz-boletim.ghtml>]. Acesso em: 08 de setembro 2023.

GESSER, Marivete; OLTRAMARI, Leandro Castro; PANISSON, Gelson. **Docência e concepções de sexualidade na educação básica**. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 558-568, 2015.

GOELLNER, S. V. **A produção cultural do corpo**. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GONÇALVES, Natamy de Almeida. DIAS, Camila Santos. **Abuso sexual infantil: o posicionamento de docentes quanto à problemática frente aos seus alunos**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. 2021.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Disque denúncia 155: novo número é divulgado no pré-carnaval de João Pessoa**. Governo da Paraíba, João Pessoa, 08 de fevereiro 2024. Disponível em: [<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/disque-denuncia-155-novo-numero-e-divulgado-no-pre-carnaval-de-joao-pessoa>]. Acesso em: 16 de setembro 2023.

GUIMARÃES, Isaura. **Educação sexual na escola: mito e realidade**. Campinas - SP: Mercado das Letras, 1995.

JORNALISMO, Band. **Conheça a luta contra o abuso sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil**. Band Jornalismo, 18 de maio de 2023. Disponível em: [<https://youtu.be/H5qEBvTx7Sw?si=CXvICveceN1Hp695>]. Acesso em: 16 de setembro 2023.

LEITE, V. **Sexualidade adolescente como direito? A visão de formuladores de políticas públicas** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

LOURO, G. **Currículo, gênero e sexualidade**. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MACHADO, William Fernando; BERNARDES, Rafaela Nunes; BORGES, Jeane Lessinger. **Oficinas de prevenção à violência na infância: um recorte de práticas de extensão universitária**. *Licenciaturas*, v. 12, n.1, janeiro/junho, 2024.

MADUREIRA, A. F. A.; BRANCO, A. U. **Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as**. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 577-591, 2015.

MARTINI, R. et al. **Sexualidade e diversidade de gênero: o ensino e a visão dos profissionais de educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. *REnCiNa*. São Paulo, v. 14, n.2, p. 1-21, abr/jun. 2023.

MATOS, Rosana Trindade de. OLIVEIRA, Márcio de. **Violência sexual e literatura infantil: uma ferramenta pedagógica de proteção contra as violações de direitos das crianças**. *Dialoga*. São Paulo, n. 43, p. 1-17, e23892, jan/abr. 2023.

MELEAU-PONTY, M. (1994). **Fenomenologia da percepção** (C. Moura, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1945).

MESQUITA, Adriano Santos de. **Compreensões de professores dos anos iniciais sobre sexualidade humana no contexto do letramento científico**. *Revista de Estudos e Pesquisa Sobre Ensino Tecnológico*, v. 6, Edição Especial, e1151, 2020.

MOREIRA, W. W. **Formação Profissional em Ciência do Esporte: Homo Sportivus e Humanismo**. In: BENTO, J. O.; MOREIRA, W. W. *Homo sportivus: o humano no homem*. Belo Horizonte: Instituto Casa da Educação Física, 2012. p. 113-180.

MPPB. **18 de maio: MPPB alerta pais e responsáveis sobre sinais apresentados por crianças e adolescentes vítimas de violência sexual**. Ministério Público da Paraíba – MPPB, 17 de maio de 2021. Disponível em: [\[https://www.mppb.mp.br/index.php/pt/comunicacao/noticias/32-infancia-e-juventude/23322-18-de-maio-mppb-alerta-pais-e-profissionais-sobre-sinais-apresentados-por-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-violencia-sexual\]](https://www.mppb.mp.br/index.php/pt/comunicacao/noticias/32-infancia-e-juventude/23322-18-de-maio-mppb-alerta-pais-e-profissionais-sobre-sinais-apresentados-por-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-violencia-sexual). Acesso em: 07 de novembro de 2024.

NARDI, Henrique Caetano; QUARTIERO, Eliana. **Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar**. *Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 59-87, 2012. Paulo: Martins Fontes. (Texto original publicado em 1945). **posicionamento de docentes quanto à problemática frente aos seus alunos**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 06, Ed. 09, Vol. 01, pp. 209-250. Setembro de 2021. ISSN: 2448-0959.

NASCIMENTO, Josilda dos Santos; ALBRECHT, Miriam Pacheco Silva. **O espaço escolar e a curiosidade infantil sobre o corpo: caminhos e desafios para a prática docente em uma educação CTS**. REnCiNa. São Paulo, v. 14, n. 05, p. 1-20, nov. 2023.

RATUSNIAK, C. **Educação do corpo**. In: BONA JUNIOR, A. (Org.). A sexualidade em questão: estudos e subsídios sobre o abuso e a educação sexual de crianças e adolescentes. União da Vitória: Uniporto, 2011.

RIBEIRO, P. R. M. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 1990.

RIOS, R. R. (2013). **O desenvolvimento do direito democrático da sexualidade e os direitos de crianças e adolescentes**. In Associação Brasileira de Magistrados. Promotores de Justiça e Defensoria Pública da Infância e Juventude (AMP)(Eds.). Violência sexual contra crianças e adolescentes: novos olhares sobre diferentes formas de violações (1a ed., Vol. 1, pp. 19-52). São Paulo: WCF/ABMP.

ROCHA, Isabella Oliveira et al. **Proteção de vulneráveis: abuso infantil e a alienação parental**. 2022.

ROCHA, Lucas. **Familiares e conhecidos são responsáveis por 68% dos casos de violência sexual contra crianças no Brasil, diz saúde**. CNN BRASIL, São Paulo, 19 de maio de 2023. Disponível em: [\[https://www.cnnbrasil.com.br/saude/familiares-e-conhecidos-sao-responsaveis-por-68-dos-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-no-brasil-diz-saude/\]](https://www.cnnbrasil.com.br/saude/familiares-e-conhecidos-sao-responsaveis-por-68-dos-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-no-brasil-diz-saude/). Acesso em 07 de novembro de 2024.

SAITO, M. I; LEAL, M. M. **Educação sexual na escola**. São Paulo, Pediatría 2000, 22 (1): 44-48.

SILVA, A. F. S. et al. **A interprofissionalidade no combate a violência sexual infantil: um relato de experiência do PET-SAÚDE-INTERPROFISSIONALIDADE**. Saúde Meio Ambiente. 9 (Sup11): 14-15, dez. 2020.

SILVA, Joice dos Reis. **Enfrentamento do abuso sexual contra crianças e adolescentes no contexto de pandemia do COVID-19: subnotificação e serviços disponíveis**. Monografia (Graduação em Serviços Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte-RN. 2022.

SOUZA, R.P & OSÓRIO, L.C. (1993). **A Educação Sexual de Nossos Filhos-Uma Visão Contemporânea**. Porto Alegre: Mercado Aberto.

SPAZIANI, Raquel Baptista. **Violência sexual infantil: compreensões de professoras sobre conceito e prevenção**. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2012.

SUPLICY, M. (1990). **Papai. Mamãe e Eu**. São Paulo: FTD.

TOMAZ, Marcilea; RITTI, Rosalinda Carneiro de Oliveira. **Reflexões de profissionais sobre violência sexual contra crianças: escola como espaço de prevenção, denúncia e promoção de cuidado**. Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação, Juiz de Fora, v. 22, n. 3, p. 440-459, set/dez. 2020.

VILLA, T.; PRADO, V. M. **Formação continuada em educação sexual para docentes de Educação Infantil**. REVISTA COCAR (ONLINE), v. 14, 2020.

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, política e educação**. Campinas, SP: Editora: Autores Associados, 1998.